

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262OB-049-PB-RM1



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Administradores da  
**Aedifica Oeste SP SPE S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aedifica Oeste SP SPE S.A. (“Companhia ou Aedifica”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 09 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 09 de janeiro de 2025 (data de constituição Companhia) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo  
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	31/12/2025
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	3	55.681
Ativo financeiro a receber	5	32.979
Adiantamentos a fornecedores	-	3.658
Despesas antecipadas	-	395
Tributos a recuperar	7.a)	4.994
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>97.707</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Despesas antecipadas	-	288
Deposito caução	-	54
Ativo financeiro em formação	5	90.177
Imobilizado	-	20
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>90.539</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>188.246</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025
<b>Passivo circulante</b>		
Debêntures	9	4.003
Fornecedores	6	8.007
Encargos sociais e obrigações trabalhistas	-	118
Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos	7.c) e 7.b)	5.053
Dividendos a pagar	10	11.598
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>28.779</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.d)	12.578
Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos	7.b)	11.426
Debêntures	9	97.245
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>121.249</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	
Capital social		25.400
Reserva legal		1.221
Reserva de lucros		11.598
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>38.218</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>188.246</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

## Demonstrações do resultado

para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025
<b>Receitas líquidas</b>	<b>11</b>	<b>134.262</b>
Custos de construção	12	(86.687)
<b>Lucro bruto</b>		<b>47.575</b>
Despesas gerais e administrativas	13	(2.618)
<b>Lucro operacional</b>		<b>44.957</b>
Resultado financeiro	14	(7.963)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>36.994</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a)	(12.578)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>24.416</b>
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)	10.e)	0,17514

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	31/12/2025
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>24.416</b>
Outros componentes do resultado abrangente	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>24.416</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 09 de janeiro de 2025</b>		<b>139.412</b>	<b>(139.412)</b>	-	-	-
Integralização de capital	10.a)	-	25.400	-	-	<b>25.400</b>
Constituição de Reserva legal	10.b)	-	-	1.221	(1.221)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	24.416	<b>24.416</b>
Dividendos propostos	10.d)	-	-	-	(11.598)	<b>(11.598)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>139.412</b>	<b>(114.012)</b>	<b>1.221</b>	<b>11.598</b>	<b>38.218</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Aedifica Oeste SP SPE S.A.

Demonstrações de fluxo de caixa método indireto  
para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>36.994</b>
<b>Ajustes</b>		
Juros provisionados	9	9.238
Reconhecimento de receita de construção	11	(117.848)
Atualização do ativo financeiro	11	(5.038)
Tributos sobre receita de construção e atualização de ativo	7.b)	15.604
Movimentação custo captação de debêntures	9	1.390
		<b>(59.930)</b>
<b>Variação dos ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	7a)	(4.994)
Adiantamentos		(3.658)
Despesas antecipadas		(683)
Depósito caução		(54)
Fornecedores	6	8.007
Obrigações trabalhistas e sociais		118
Obrigações tributárias	7.c)	875
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(60.319)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de imobilizado		(20)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(20)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	10	25.400
Emissão de debêntures	9	101.500
Custo de captação de debêntures	9	(5.645)
Pagamento juros debêntures	9	(5.235)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>116.020</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>55.681</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		55.681

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Aedifica Oeste SP SPE S.A. (“Companhia” ou “Aedifica”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída em 09 de janeiro de 2025, tendo como objeto social, na qualidade de Sociedade de Propósito Específico, a concessão administrativa de construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não pedagógicos de 17 (dezessete) novas unidades de ensino de nível médio e ensino fundamental II, pertencentes ao Lote Oeste da concorrência internacional nº 01/2024 do Estado de São Paulo de 29 de abril de 2024 durante o prazo de 25 anos

O contrato de concessão administrativa entre Aedifica e o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Educação (“Seduc”) foi firmado em 6 de fevereiro de 2025 (“Contrato de PPP”). Em 17 de março de 2025, a Seduc foi substituída pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (“SPI” ou “Poder Concedente”) como novo representante do Estado de São Paulo no Contrato de PPP.

O Contrato de PPP prevê a construção das unidades escolares em duas fases. A Fase I prevê o término das construções de 8 (oito) escolas até junho de 2026 para início das operações no segundo semestre letivo de 2026. A Fase II prevê o término das construções de 9 (nove) escolas até junho de 2027 para início das operações no segundo semestre letivo de 2027. As operações não pedagógicas das 17 (dezessete) unidades escolares durarão até fevereiro de 2050.

Em junho de 2025 foi iniciada a mobilização para as construções das 08 (oito) unidades escolares da Fase I, conforme previsto no Contrato de PPP, sendo elas: Araras, Jardinópolis, Lins, Olímpia, Ribeirão Preto (02 unidades), São José do Rio Preto e Sertãozinho. Das 09 (nove) unidades da Fase II, 6 (seis) delas começaram a fase de mobilização de obras em dezembro de 2025, sendo elas: Bebedouro, Itatiba, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e Taquaritinga. As 3 (três) unidades de Campinas possuem previsão de início das construções ao longo do ano de 2026.

A Companhia é controlada diretamente pela E.K. Infra Social Participações S.A.

### Continuidade operacional

A Administração avalia continuamente a lucratividade das operações e a posição financeira da Companhia. Essa análise é realizada com base no plano de negócios, que contempla ações para melhoria constante do desempenho, crescimento das operações e projeções de fluxo de caixa para os próximos exercícios.

A Administração também informa que não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão da presente demonstração contábil foi autorizada pela diretoria da Companhia em 13 de março de 2026.

## 2. Base de apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e são mais complexas, bem como as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 5 (Ativo financeiro em formação), 8 (Imposto de renda e contribuição social diferidos) e 7 (Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos).

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

A administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas serão aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

## **2.2. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **2.3. Instrumentos financeiros**

### **2.3.1. Ativos financeiros**

#### **a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

#### **b) Classificação**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

### **2.3.2. Passivos financeiros**

#### **a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos ou valor justo por meio do resultado.

#### **b) Classificação**

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

### **2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

### 2.3.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

### 2.4. Ativo financeiro em formação

O ativo financeiro em formação é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o Poder Concedente (Nota Explicativa nº 1). As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 e o respectivo ativo está classificado como ativo financeiro em formação. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança.

### 2.5. Ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e são depreciados de acordo com as taxas mencionadas no quadro abaixo. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os ganhos e as perdas de alienação de bens, quando ocorrido, são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outras receitas (despesas) não operacionais” na demonstração de resultado.

Ativos intangíveis adquiridos são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Item	Taxa Depreciação	
	Anual	Mensal
Móveis, utensílios	10%	0,83%
Computadores e periféricos	20%	1,67%
Equipamentos de telefonia	20%	1,67%

### 2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

### 2.7. Transações com partes relacionadas

A Companhia adota as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, que requer a identificação, mensuração e divulgação de relacionamentos, transações e saldos existentes com partes relacionadas, incluindo compromissos, quando relevantes para as demonstrações contábeis.

Para fins deste Pronunciamento, considera-se parte relacionada qualquer pessoa física ou jurídica que esteja em posição de exercer controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, bem como aquelas em que a Companhia exerça controle, controle conjunto ou influência significativa, além do pessoal-chave da administração e seus familiares próximos.

As transações com partes relacionadas são realizadas a valores, prazos e condições compatíveis com os praticados no mercado em transações similares, quando aplicável, e devidamente suportadas por contratos formais.

As principais práticas adotadas pela Companhia são:

- a) Reconhecimento** – As transações com partes relacionadas são reconhecidas quando da transferência de bens, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de preço em contrapartida.
- b) Mensuração** – Os saldos ativos e passivos decorrentes de transações com partes relacionadas são mensurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, observando-se os termos contratuais firmados.
- c) Divulgação** – São divulgados nas notas explicativas: **(i)** a natureza do relacionamento; **(ii)** os valores das transações; **(iii)** os saldos existentes, incluindo prazos, condições e garantias; **(iv)** provisões para perdas relacionadas; e **(v)** a remuneração do pessoal-chave da administração, discriminada por categoria de benefício.

## **2.8. Empréstimos e Financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento.

## **2.9. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: **(i)** a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência de juros ou efeitos inflacionários é reconhecido como despesa financeira.

## **2.10. Outros ativos e passivos**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os passivos são reconhecidos quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de forma confiável, sendo mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço.

### **2.10.1. Segregação entre curto e longo prazo**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra até o término do exercício social subsequente. Aqueles cuja realização ou liquidação seja esperada após esse prazo são classificados no não circulante.

## **2.11. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir:

**a) Receita de contratos de construção**

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido de margem, que engloba a alíquota de 35,9% nesta taxa já estão consideradas as alíquotas dos impostos incidentes sobre a receita, aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência. As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude da construção dos ativos transferíveis, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro em formação.

**b) Atualização do ativo financeiro em formação**

A receita de atualização do ativo financeiro em formação representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro em formação durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

**c) Receita aporte poder concedente.**

A Companhia faz jus ao recebimento de aporte financeiro do Poder Concedente, destinado ao custeio parcial dos investimentos vinculados à implantação da infraestrutura e às desapropriações previstas contratualmente.

O aporte é reconhecido diretamente como receita quando todos os marcos contratuais estabelecidos para seu recebimento são integralmente atendidos e certificados, ocasião em que passa a existir direito incondicional ao recebimento.

**d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras.

**2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social são apurados de acordo com o regime tributário do Lucro Real, conforme previsto na legislação fiscal vigente no Brasil

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações contábeis.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês (ou R\$ 240 mil por ano), conforma aplicável.

A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## **2.13. Resultado por ação**

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis).

## **2.14. Pronunciamentos novos ou revisados**

### **2.14.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2025**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### **IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)**

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

### **2.14.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025**

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

#### **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

#### **IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

#### **Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros**

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

### Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

### 3. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2025
Caixa e bancos	4
Aplicações financeiras (i)	55.677
<b>Total</b>	<b>55.681</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB), que buscam remunerar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.

### 4. Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa as transações firmadas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025:

#### a) Identificação das Partes Relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de suas operações, cujas condições contratuais são negociadas entre as partes e estabelecidas com base em critérios técnicos e em condições usuais de mercado.

Durante o exercício, a Companhia contratou a Engeform Engenharia Ltda., considerada parte relacionada por ser acionista da controladora da Aedifica, para a prestação de serviços técnicos relacionados às atividades preparatórias para a construção das escolas objeto do contrato de concessão.

Os serviços contratados incluem, entre outros: análise de projetos, elaboração de plano de suprimentos, engenharia de valor, suporte aos processos de licenciamento, gestão de QSMS (Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança), elaboração de cronograma e orçamento executivo.

Adicionalmente, a Companhia contratou o Consórcio Educa SP para administrar as obras civis das unidades escolares iniciadas no exercício. O Consórcio Educa SP é considerado parte relacionada, uma vez que a Engeform Engenharia Ltda., acionista da controladora da Aedifica, atua como consorciada líder do referido consórcio.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

### b) Transações das Partes Relacionadas

As transações realizadas no exercício estão demonstradas a seguir:

Parte relacionada	Natureza da transação	2025
Engeform Engenharia Ltda.	Serviços técnicos preparatórios para a construção	1.226
Consórcio Educa SP	Serviço de administração de obras civis	21.0512

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía contas a pagar ou a receber em aberto com partes relacionadas.

### c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve pagamento direto de remuneração ao pessoal-chave da administração da parte relacionada no âmbito deste contrato.

## 5. Ativo financeiro em formação

Refere-se à parcela dos direitos a faturar ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo órgão administrado pelo Governo do Estado de São Paulo (“Poder Concedente”) e atualização financeira sobre o ativo financeiro.

	31/12/2025
Receita de construção	117.848
Atualização do ativo financeiro	5.308
<b>Total</b>	<b>123.156</b>
Ativo circulante	32.979
<b>Ativo não circulante</b>	<b>90.177</b>

A seguir está o mapa de movimentação do ativo financeiro em formação

Custo incorrido	Saldo inicial	Adições	31/12/2025
Custo da construção – Vide Nota Explicativa nº 13	-	86.687	86.687
Margem da construção (i)	-	31.161	31.161
Atualização do ativo financeiro	-	5.308	5.308
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>123.156</b>	<b>123.156</b>

(i) As taxas utilizadas para margem de construção e atualização do ativo financeiro vide Nota Explicativa nº 2.8 a):

### a) Fluxo de recebimento

O fluxo de recebimento será realizado em fases. A Fase 1 contempla a entrega de 8 escolas, prevista para início de operação em julho de 2026, a partir da qual a Companhia passará a receber a contraprestação mensal do Poder Concedente. Os valores previstos de recebimento a partir do início da operação da Fase 1<sup>a</sup> até dezembro de 2027 soma o montante de 32.979 e estão classificados no Ativo Circulante. A Fase 2 está prevista para julho de 2027, mas com possibilidade de antecipação de 6 (seis) das 9 (nove) escolas para janeiro de 2027.

## 6. Fornecedores

Refere-se à fornecedores contratados no curso normal das operações.

	31/12/2025
Fornecedores nacionais	8.007
<b>Total</b>	<b>8.007</b>

## 7. Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos

### a) Tributos a recuperar

31/12/2025	
<b>Tributos a recuperar</b>	
PIS a Recuperar	807
Cofins Recuperar	3.717
IRRF a recuperar	470
<b>Total corrente</b>	<b>4.994</b>

### b) Tributos diferidos sobre receitas

31/12/2025		
<b>Tributos diferidos - Tributos apurados sobre receita do</b>		
<b>Contrato de Concessão (ICPC 01)</b>		
<b>Base de cálculo</b>		<b>123.156</b>
<b>Tributo</b>	<b>Alíquotas</b>	
PIS	1,65%	2.032
Cofins	7,60%	9.360
ISS	3,42%	4.212
<b>Total diferido</b>		<b>15.604</b>
<b>Curto prazo</b>		<b>4.178</b>
<b>Longo prazo</b>		<b>11.426</b>
<b>Total</b>		<b>15.604</b>

### c) Tributos a recolher

31/12/2025	
<b>Tributos a recolher</b>	
PIS a recolher	5
Cofins a recolher	30
IRRF a recolher	42
CSRF a recolher	136
ISS a recolher	385
INSS retido a recolher	277
<b>Total corrente</b>	<b>875</b>
<b>Total impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos</b>	<b>16.480</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>5.053</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>11.426</b>
<b>Total</b>	<b>16.480</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**8. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo apresentado no Balanço Patrimonial pelo saldo líquido.

	Saldo inicial	Adições	Baixas	31/12/2025
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal	-	23.064	-	23.064
<b>Total ativo</b>	-	<b>23.064</b>	-	<b>23.064</b>
<b>Passivo</b>				
Sobre margem de construção (ICPC 01)	-	(35.642)	-	(35.642)
<b>Total passivo</b>	-	<b>(35.642)</b>	-	<b>(35.642)</b>
<b>Diferido líquido</b>	-	<b>(12.578)</b>	-	<b>(12.578)</b>

**a) Impostos de renda e contribuição social diferidos e correntes registrados no resultado**

	31/12/2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>36.994</b>	<b>36.994</b>	<b>36.994</b>
Adições	18.326	18.326	<b>18.326</b>
Exclusões - Contratos de concessão de serviços públicos.	(123.156)	(123.156)	<b>(123.156)</b>
<b>Resultado fiscal</b>	<b>(67.836)</b>	<b>(67.836)</b>	<b>(67.836)</b>
<b>Alíquota Nominal%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>34%</b>
<b>IRPJ e CSLL do período</b>	-	-	-
<b>Impostos correntes registrados no resultado</b>			
Ativo financeiro em formação	(117.848)	(117.848)	<b>(117.848)</b>
Atualização ativo financeiro	(5.308)	(5.308)	<b>(5.308)</b>
Tributos sobre receita ativo em formação	18.326	18.326	<b>18.326</b>
Prejuízo fiscal	67.836	67.836	<b>67.836</b>
<b>Impostos diferidos registrados no resultado</b>	<b>(9.249)</b>	<b>(3.329)</b>	<b>(12.578)</b>
<b>Alíquota Efetiva %</b>	<b>14%</b>	<b>5%</b>	<b>19%</b>

**9. Debêntures**

Em 30 de abril de 2025, a Companhia concluiu a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 305.000, para captação de recursos destinados ao financiamento do projeto de construção de 17 escolas públicas, conforme o Contrato de PPP.

A emissão, estruturada em duas séries, possui as seguintes características:

- 1ª Série: R\$ 65.000, correspondente a 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00.
- 2ª Série: R\$ 240.000, correspondente a 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00.

As debêntures de ambas as séries terão vencimento de 02 anos, contados a partir da data de emissão, em 30 de abril de 2027.

Nos dias 03 e 04 de junho de 2025, houve o recebimento integral da 1ª série.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Em 27 de outubro de 2025, houve o recebimento parcial dos recursos da 2ª série, no montante de R\$ 36.500.

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de juros aos debenturistas, no valor total de R\$ 5.235.

Modalidade	Vencimento final	31/12/2025
Debêntures	30/04/2027	105.503
(-) Custo de transação		(4.255)
<b>Total</b>		<b>101.248</b>
Passivo circulante		4.003
<b>Passivo não circulante</b>		<b>97.245</b>

Segue a movimentação total dos empréstimos no exercício:

	31/12/2025
<b>Saldo no início do exercício</b>	-
Captação de debêntures	101.500
Juros sobre debêntures	9.238
Custo de transação a amortizar	(5.645)
Amortização custo de transação	1.390
Pagamentos	(5.235)
<b>Total</b>	<b>101.248</b>

## 10. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 09 de janeiro de 2025, foi constituída a Companhia por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, cujo capital social subscrito foi de 139.411.912 de ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma, na seguinte forma:

Acionistas	2025	
	Capital subscrito (R\$)	Participação (%)
E. K. Infra Social Participações S.A.	139.412	100%
<b>Total</b>	<b>139.412</b>	<b>100%</b>

Até 31 de dezembro de 2025, a acionista E. K. Infra Social Participações S.A., integralizou em moeda corrente local, o montante R\$ 25.400.

	31/12/2025
Capital subscrito	139.412
(-) Capital a integralizar	(114.012)
<b>Capital social</b>	<b>25.400</b>

### b) Reservas Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

### c) Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**d) Dividendos**

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos equivalente a 50% do lucro após a constituição da reserva legal, no valor de R\$ 11.598.

	31/12/2025
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.416</b>
Constituição das reservas de lucros	
Reserva Legal 5%	(1.221)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>23.195</b>
Dividendos propostos	(11.598)
<b>Retenção de Lucros</b>	<b>11.598</b>

**e) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas no período. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	24.416
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	139.412
<b>Lucro básico por ação - em R\$</b>	<b>0,17514</b>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

**11. Receitas líquidas**

	31/12/2025
Receita de construção da infraestrutura	117.848
Atualização do ativo financeiro	5.308
Receita aporte poder concedente <sup>(i)</sup>	29.432
Impostos e contribuições sobre receitas	(18.326)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>134.262</b>

**(i)** Refere-se ao aporte do Poder Concedente reconhecido no exercício após o cumprimento e certificação integral dos marcos contratuais, quando constituído o direito incondicional ao recebimento.

**12. Custos de construção**

	31/12/2025
Estudos de viabilidade	(11.108)
Construção unidades escolares	(78.045)
Locações	(2.230)
Custos com pessoal	(2.550)
(-) Créditos PIS e Cofins	7.246
<b>Total</b>	<b>(86.687)</b>

### 13. Despesas gerais de administrativas

	31/12/2025
Despesas administrativas	(750)
Despesas com serviços de terceiros	(1.862)
Despesas tributárias	(6)
<b>Total</b>	<b>(2.618)</b>

### 14. Resultado financeiro

	31/12/2025
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimentos de aplicações financeiras	3.527
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>3.527</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Despesas bancárias	(698)
Juros debêntures	(9.238)
Amortização custo captação debêntures	(1.390)
Outros custos captação debêntures	(164)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(11.490)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(7.963)</b>

### 15. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro, contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira das operações.

#### a) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização das aplicações financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

#### c) Risco de taxa de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 3.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

**d) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos e equivalentes de caixa. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Exposição Patrimonial	Risco	Cenário razoavelmente provável					
		Taxa projetada	Ganho/(perda)	I - Aumento de 25%	II - Aumento de 50%	III - Queda de 25%	IV - Queda de 50%
<b>Ativos Financeiros</b>							
1. Aplicações financeiras	CDI	14,90%	8.296	10.370	12.444	6.222	4.148
<b>Passivos financeiros</b>							
2. Debêntures	CDI + spread.	-	(16.959)	(21.199)	(25.439)	(12.719)	(8.480)
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>		-	<b>(8.663)</b>	<b>(10.829)</b>	<b>(12.995)</b>	<b>(6.497)</b>	<b>(4.332)</b>

**e) Risco cambial**

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção.

**Instrumentos financeiros por categoria**

Mensurado ao custo amortizado	Notas	31/12/2025
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Aplicações financeiras	3	55.677
Ativo financeiro em formação	5	123.156
<b>Total</b>		<b>178.833</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Fornecedores	6	8.007
Debêntures	9	101.248
<b>Total</b>		<b>109.255</b>

## 16. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

(Em milhares de reais)		
Ramo	Vigência	Montante da cobertura
Risco de engenharia	De 26/02/2025 a 30/07/2028	43.212
Responsabilidade civil geral	De 26/02/2025 a 30/07/2027	25.000
Seguro garantia	De 03/02/2025 a 05/07/2027	111.879

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 17. Transações que não afetam caixa

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, divulgamos as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa, tais transações devem ser apresentadas de forma separada das demonstrações de fluxos de caixa, uma vez que, embora relevantes para a compreensão das atividades de financiamento e investimento da entidade, não envolvem movimentação direta de recursos financeiros. Essa divulgação auxilia os usuários das demonstrações contábeis a entenderem melhor os efeitos econômicos dessas operações e sua influência na estrutura patrimonial da organização

	2025
Dividendos declarados – Nota explicativa nº 10.d)	(11.598)

## 18. Eventos subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2026 houve uma integralização de capital social no valor 14.975.

Em 27 de fevereiro de 2026 a Companhia recebeu o terceiro desembolso da 1ª emissão de debêntures no montante de 59.999.

\* \* \*